



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2014

ASSUNTO APRECIADO AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART. 50.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Lançamento da derrama sobre a coleta do IRC'2014, a cobrar em 2015 – envio à Assembleia Municipal

Deliberação: A proposta subscrita pelo Vereador do Pelouro de Administração e Finanças foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos contra do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata, que produziram declaração de voto.

A proposta alternativa apresentada pelo Vereador Dr. Américo Gegaloto e pela Vereadora Dr.ª Cláudia Mata foi reprovada, com os votos contra do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos a favor do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Legalização de construção de moradia, garagem e muro na AUGI 01 da Lagoa de Albufeira – Avenida da Lagoa, lote Projetado 58 – licenciamento – Olímpia Barata
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – AUGI 40 das Courelas da Brava – alteração de todas as peças – retificação da deliberação de 11.Junho.2014 – Comissão de Administração da AUGI 40
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – AUGI 40 A das Courelas da Brava – alteração de todas as peças – retificação da deliberação de 11.Junho.2014 – Comissão de Administração da AUGI 40 A
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DIVERSOS

Comissão de Administração da AUGI 44 do Casal do Sapo – incumprimento por parte do proprie-

tário Maria Deolinda Fernandes Cunha – parcelas 1.721, 1.723 e 1.724 – Casal do Sapo – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 44 do Casal do Sapo – incumprimento por parte do proprietário José Joaquim Grave Casaca – parcela 1.104, lote 31 F – Casal do Sapo – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Substituição de hipoteca por depósito em numérico – lote 116 – AUGI 9 da Lagoa de Albufeira – Bruno Chaves de Nascimento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Recuperação das infraestruturas elétricas MT e BT da AUGI 24 da Ribeira do Marchante – relatório final – adjudicação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Saneamento da Freguesia do Castelo – rede de coletores do Zambujal – 3.ª fase – receção provisória total
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reformulação da rede de coletores na Avenida dos Aliados – Boa Água 1 – Quinta do Conde – receção provisória parcial – receção provisória total
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Remodelação e ampliação da escola do EB1 da Aiana – receção definitiva
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Projeto de iluminação pública para o estacionamento do Bairro Infante D. Henrique – aquisição de serviços – celebração de contrato – emissão de parecer prévio favorável
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Lançamento da derrama sobre a coleta do IRC'2014, a cobrar em 2015 – envio à Assembleia Municipal
Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2015 – fixação da taxa – envio à Assembleia Municipal
Deliberação: A proposta subscrita pelo Vereador do Pelouro de Administração e Finanças foi apro-

vada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos contra do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata, que produziram declaração de voto.

A proposta alternativa apresentada pelo Vereador Dr. Américo Gegaloto e pela Vereadora Dr.ª Cláudia Mata foi reprovada, com os votos contra do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e do Vereador Francisco Luís e com os votos a favor do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.

Fornecimento de calçada miúda e grossa para passeios do concelho de Sesimbra – aumento temporário dos fundos disponíveis – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Locação de retroescavadora para o serviço de obras da Câmara Municipal – aumento temporário dos fundos disponíveis – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Certificação/Auditoria externa às Contas do Município de Sesimbra – 2014/2016 – aumento temporário dos fundos disponíveis – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Life Informação e Governância – Life Municípios Natura'2000 – candidatura – submissão – ratificação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Bolsa Local de Voluntariado – acordo de compromisso – minuta – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Educação pré-escolar – componente de apoio à família – prolongamento de horário nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar da rede pública – celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Agrupamento de Escolas da Boa Água, o Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, os Agrupamento de Escolas Michel Giacometti e o Centro Comunitário da Quinta do Conde – minuta – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Mercado Municipal de Sesimbra – caducidade de ocupação das bancas n.ºs 6 e 7, destinadas à venda de peixe – Adelaide Janeiro
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Sociedade Musical Sesimbrense – comemora-

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição Câmara Municipal de Sesimbra | Diretor Augusto Pólvora (presidente) | Processamento e organização de conteúdos Secção de Apoio Administrativo da CM Sesimbra | Coordenação, paginação, revisão e distribuição Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra | Projeto Gráfico Bruno Campos | Paginações Hugo Flório | Periodicidade Mensal | Tiragem 100 exemplares | ISSN 1646-6640 | Depósito Legal 253527/07



ções do 100.º aniversário – concertos da Banda da Armada e da Banda da Força Aérea – subsídio eventual

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO PRESIDENTE

• Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 07 Outubro de 2014 (zona 2).

• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 02 e 09 de Novembro de 2014.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

• Evolução do número de trabalhadores, da redução e da mobilidade da Autarquia – informação estatística e comparativa relativa ao 3.º trimestre 2014.

• Relatório das visitas guiadas à Lota de Sesimbra, no âmbito do projecto “Sesimbra é Peixe”, realizadas no período de 05 de Agosto a 11 de Setembro de 2014.

• Relatório das acções de Educação Ambiental 2014, desenvolvidas no âmbito do programa “Bandeira Azul da Europa”.

• Portaria n.º 198-A/2014, de 02 de Outubro, que publica o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Sardinha com recurso a artes de cerco (informação do GTELP n.º 17.709/2014).

• Notícia publicada no jornal “Correio da Manhã”, no dia 25 de Setembro de 2014, acerca do “Relatório ERSAR sobre a qualidade da água para consumo humano em Portugal, em 2013”.

• Lista dos Municípios com prazo médio de pagamento superior a 90 dias no final do 2.º trimestre 2014, publicado em Diário da República n.º 38, I Série, de 22 de Fevereiro de 2014.

• Lista do Sistema de Contas Integras das Empresas do Concelho de Sesimbra 2012, do Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Económicas – Serviço de Estatísticas das Empresas.

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

• Relação das despesas efetuadas com o fundo de maneio, durante o mês de Setembro 2014.

• 18.ª alteração ao orçamento 2014 e 16.ª alteração às grandes opções do plano 2014.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2014

ASSUNTOS APRECIADOS AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART. 50.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Julho de 2014 – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Julho de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 31 de Julho de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 31 de Julho de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Programa “Escolhas 5.ª Geração” – candidatura – submissão – ratificação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Processo de obras n.º 228/93 – ónus de inalienabilidade total – Zambujal – José Arada

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Legalização de construção de moradia, anexo e muro na AUGI 54 do Alto das Vinhas – Avenida Cristo Rei, lote 14 – licenciamento – Maria Helena Bignens

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Alfirim – Estevam Esteves

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – retificação do quadro “valores previstos para as obras de urbanização” – alteração da deliberação de 06.Agosto.2014 – AUGI 63 – Lagoa de Albufeira

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – relatório de ponderação dos resultados da publicitação – AUGI 63 – Lagoa de Albufeira – Comissão de Administração da AUGI 63

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DIVERSOS

Dação em cumprimento dos custos de reconversão da AUGI 24 da Ribeira do Marchante – Quinta do Conde – lote 313 – Shinning Star, Ld.ª

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com declaração de voto do Vereador Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Junho de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Junho de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 30 de Junho de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 30 de Junho de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Julho de 2014 – aprovação

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Julho de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 31 de Julho de 2014 – aprovação

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 31 de Julho de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Aquisição de serviços para técnico responsável (aplicação de produtos fitofarmacêuticos) – celebração de contrato – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Não apreciado.

Delimitação de perímetros de proteção das captações de águas – execução dos estudos de forma coordenada – celebração de protocolo entre as Câmaras Municipais de Almada, Seixal e Sesimbra – minuta – retificação da deliberação de 17.Setembro.2014

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Educação pré-escolar – componente de apoio à família – prolongamento de horário nos estabelecimentos de ensino de educação da rede pública – celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e o Agrupamento de Escolas da Boa Água, o Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde, o Agrupamento de Escolas Michel Giacometti e o Centro Comunitário da Quinta do Conde – minuta – alteração da deliberação de 22.Outubro.2014

Deliberação: Não apreciado.

Utilização do plano de águas da piscina de Sesimbra – celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Cercizimbra – minuta – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Férias Jovem – XXIII Edição Brincar Sesimbra 2014 – reforço do cabimento – alteração da deliberação de 03.Setembro.2014

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Programa “Escolhas 5.ª Geração” – candidatura – submissão – ratificação

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Associação de Pais da EB n.º 3 da Quinta do Conde – abertura do campo de jogos à comunidade – subsídio

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

“Sesimbra é Peixe e Arte na Rua” – 2.º passatempo – pintura de portas e janelas – participantes – subsídios eventuais – reparação de trabalhos executados no 1.º passatempo – subsídios eventuais
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Festas em Honra de Nossa Senhora do Cabo Espichel'2014 – Comissão de Festas – subsídio eventual

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense – utilização do campo de jogos pelo Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo – subsídio mensal
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO PRESIDENTE

- Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 23 de Outubro de 2014 (zona 1) e de 22 de Outubro de 2014 (zona 5).
- Despachos de gestão urbana – zona oriental de 16 e 23 de Outubro de 2014.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

- Dados relativos ao movimento de turistas no Posto de Turismo de Sesimbra referentes ao terceiro trimestre'2014.
- Mapa de despesas com pessoal no mês de Julho'2014 com valores relativos ao período homólogo'2013.
- Mapa de despesas com pessoal no mês de Agosto'2014 com valores relativos ao período homólogo'2013.
- Parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente à Proposta de Lei do Orçamento de Estado'2015 apresentada pelo Governo à Assembleia da República.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2015 – Mapa de Pessoal – envio à Assembleia Municipal

Deliberação: Aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e Francisco Luís e com a abstenção do Vereador Dr. Américo Gegaloto e Dr.ª Cláudia Mata, que produziram declaração de voto.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar as faltas do Vereador Senhor Eng.º Sérgio Manuel Nobre Marcelino e do Vereador Senhor Dr. Américo Manuel Machado Gegaloto, o primeiro que não compareceu por se encontrar de férias e o segundo não compareceu por motivos pessoais.

ASSUNTO APRECIADO AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART. 50.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Contrato de prestação de serviços – valorização do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel

– requalificação da horta/jardim, acessos e percurso museológico – elaboração de sondagens arqueológicas de diagnóstico e acompanhamento arqueológico – emissão de parecer

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Viabilidade de construção de empreendimento turístico em espaço rural – casas de campo – pedido de informação prévia – informação favorável – Serra da Azoia – Isabel Maria Silva
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Processo de obras n.º 52/95 – Conde 3, lote 2 353 – licenciamento – regularização (Relatório do IGAT)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Casais de Sampaio – Laura Rebelo
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento de iniciativa Municipal com o apoio da Administração Conjunta – AUGI 40A das Courelas da Brava – planta de cedências – zona verde da Alameda – retificação da deliberação de 22.Outubro.2014
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Processo n.º 02/2014 – ónus de inalienabilidade total – Tapada – Zambujal – Ana Margarete Braz
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer favorável – Zambujal – Maria da Graça Teles e Outros
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer desfavorável – Aguncheiras – António Folgado Guerra
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer desfavorável – Maçã – José Cândido Aniceto
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer desfavorável – Foz – Maria José Lopes
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DIVERSOS

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte de Herdeiros de António Francisco Barata – lotes 30, 30A, 30E, 31 e 31A – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário Manuel Moura da Silva – lote 32 – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário João Paulo Gaspar – lotes 35, 35A e 35B – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das

Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário Leonel Correia – lote 50A – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário Alberto Salvador – lote 56 e 56A – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário José Carlos Ferreira – lote 82 – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte de Herdeiros de Maria Eugénia Camões Vieira Martins – lote 83 – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário Joaquim Filipe Vale – lote 102 – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário Laura Maria da Silva – lote 105A – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Administração da AUGI 40 das Courelas da Brava – incumprimento por parte do proprietário António dos Santos – lotes 106 e 106A – Courelas da Brava – suspensão de infraestruturas em funcionamento
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

PESSOAL

Contrato de prestação de serviços em regime de avença – renovação – Rui António de Oliveira Dias Pereira – emissão de parecer
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços em regime de avença – renovação – Vanda Cristina Baêta Dias Pinto – emissão de parecer
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Saneamento da freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – lote poente sistema Fétais/Fornos – receção provisória total
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 14 de Agosto de 2014 – aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 14 de Agosto de 2014 – aprovação

– ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 18 e 29 de Agosto de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 18 e 29 de Agosto de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Setembro de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Setembro de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 30 de Setembro de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 30 de Setembro de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Plano de Urbanização da Lagoa de Albufeira – Carta da REN do Concelho de Sesimbra – alteração – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Ordenamento do Trânsito da Vila de Sesimbra – Largo Luís de Camões e Largo Gonçalo Velho – anexo A – alteração – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. Permite o estacionamento apenas nos lugares demarcados e a circulação no Largo Gonçalo Velho e Rotunda com o Largo Luís de Camões.

Código de exploração dos parques e zonas de estacionamento público na Vila de Sesimbra – anexo III – 5.ª alteração – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. Aumenta as zonas de estacionamento dos titulares do cartão de actividade profissional, em dias úteis, na zona Roxa (junto ao Estádio), entre 01 de Outubro e 31 de Maio, e das zonas de estacionamento do cartão de 2.ª habitação.

Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal – estatutos – alteração – envio à Assembleia Municipal

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Cedência dos lotes 892 e 893 da Conde 1 destinados a equipamento escolar (domínio privado municipal) – compensação em numerário – Abel Pereira Leite

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Cedência do lote 1.316 da Conde 1 destinados a equipamento escolar (domínio privado municipal) – compensação em numerário – Acácio Bramão

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Cedência do lote 3.023 sito na Avenida Cova dos

Vidros da Conde 3 destinado a equipamento (domínio privado municipal) – compensação em numerário – Boa Ventura de Jesus Silva e Catarina da Conceição Trindade Quintas

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Cedência do lote 858 da Conde 2 destinado a equipamento desportivo (domínio privado municipal) – compensação em numerário – Maria Isabel Fernandes

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – valorização do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel – requalificação da horta, jardim, acessos e percurso museológico – elaboração de sondagens arqueológicas de diagnóstico e acompanhamento arqueológico – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Contrato de prestação de serviços – implementação do sistema de assiduidade – formação – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – suporte ao software EasyVista – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – desenvolvimento e operacionalização de Programa “Orquestra Geração – Sistema Portugal” – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Cedência de espaço – celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Associação Portuguesa de Profissionais de Restauração e Bebidas – minuta – aprovação

Deliberação: Não apreciado.

Auxílios económicos a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente – ASE 1.º ciclo – atribuição de escalão A – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Doação de escultura de Carlos Bajouca – “O Palhaço que ri” – aceitação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Clube Sesimbrense – edifício sede – classificação de imóvel de interesse municipal – reunião de 08.Mai.2013 – caducidade – novo pedido – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Atribuição de condecorações municipais – atletas de natação da Cercizimbra – Jogos Europeus do Special Olympics – Pedro Santos – medalha de mérito municipal de ouro – Sara Costa – medalha de mérito municipal de prata

Deliberação: Aprovado, por escrutínio secreto e por unanimidade, atribuir as respectivas medalhas aos atletas de natação Pedro Santos e Sara Costa.

Projeto “Sempre a Mexer para não Envelhecer” – época 2014/2015 – meses Outubro, Novembro e Dezembro/2014 – colectividades – manutenção e limpeza de espaços – subsídios mensais

Deliberação: Não apreciado.

Fundação Ernesto Roma – dinamização do “Dia

Mundial da Diabetes” – subsídio eventual

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO PRESIDENTE

• Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 31 de Outubro de 2014 e de 11 de Novembro de 2014 (zona5).

• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 30 de Outubro de 2014 e de 06 de Novembro de 2014.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

• Relatório e resultado dos inquéritos de participação da Semana Gastronómica do Espadarte.

• Quadro sobre as embarcações registadas na Delegação Marítima de Sesimbra em Outubro de 2014.

• Mapa de despesas com pessoal no mês de Outubro/2014 com valores relativos ao período homólogo/2013.

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

• Errata à proposta n.º 18.566, de 16/10/2014, aprovada na reunião de câmara de 22 de Outubro de 2014: “Fixação pelo Município de Sesimbra da participação variável até 5% no IRS, relativa aos rendimentos dos contribuintes de 2015, receita a arrecadar em 2016, conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.”

• Relação das despesas efetuadas com o fundo de maneio, durante o mês de Outubro/2014.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

• Na sequência do ponto n.º 10 das Deliberações Diversas sob a epígrafe “Plano de Urbanização da Lagoa de Albufeira – Carta da REN do Concelho de Sesimbra – alteração – aprovação”, o qual surge no contexto da apreciação aos Planos de Pormenor de Reconversão das AUGI 1, 2 e 3 da Lagoa de Albufeira, sobre a versão submetida a conferência de serviços, e afim de dar solução às questões levantadas pela competente entidade (CCDR LVT) sobre as construções existentes abrangidas por REN- Reserva Ecológica Nacional. Intervieram o Senhor João Pereira, da AUGI 2, o Senhor Manuel Carvalho, da AUGI 1, a Senhora D. Fernanda Pardal, da AUGI 3, e o Senhor João Borges, também da AUGI 3, para agradecer e enaltecer ao Presidente do presente Executivo, a todos os seus membros e aos Executivos, que exerceram as suas funções em mandatos anteriores, todo o seu empenho que permitiram a concretização da proposta que irá solucionar o problema que se arrasta desde há 20 anos.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Senhor Francisco José Pereira Luís que não compareceu por motivos pessoais.

Saudação – “CANTE ALENTEJANO” – CLASSIFICAÇÃO COMO PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE PELA UNESCO

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Moção – “EM DEFESA DOS POSTOS DE TRABALHO NA SEGURANÇA SOCIAL”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Manifesto – “PLATAFORMA PENÍNSULA DE SETÚBAL EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com declaração de voto dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e da Vereadora Dr.ª Cláudia Mata.

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Viabilidade de construção de moradia – pedido de informação prévia – informação desfavorável – Fonte Esquerda – Heli, SA

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Viabilidade de construção de moradia – pedido de informação prévia (5/14) – informação desfavorável – Fonte Esquerda – José Maria Coelho

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Viabilidade de construção de moradia – pedido de informação prévia (7/14) – informação desfavorável – Fonte Esquerda – José Maria Coelho

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Viabilidade de construção de moradia – pedido de informação prévia (8/14) – informação desfavorável – Fonte Esquerda – José Maria Coelho

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Lagoa de Albufeira – José Carlos Trindade

Deliberação: Não apreciado.

Operações de loteamento – loteamento urbano – pagamento faseado das taxas urbanísticas – Anexo I (quadro da caução da 1.ª hipoteca legal), Anexo II (quadro registral síntese da execução do loteamento) e Anexo III (quadro caracterizador do loteamento) – aprovação – AUGI 33 da Lagoa de Albufeira – Comissão de Comproprietários da AUGI 33

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – arranjos exteriores – receção definitiva – cancelamento de hipoteca – AUGI 4 da Lagoa de Albufeira – Comissão de Administração da AUGI 4

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Recuperação das infraestruturas elétricas de MT e BT e de Telecomunicações da AUGI 24 da Ribeira do Marchante – minuta do contrato – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contratação de empréstimo a curto prazo até ao montante de 1,5 milhões de euros – consultas às instituições bancárias

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contratação de empréstimo a curto prazo até ao montante de 1,5 milhões de euros – análise de propostas e elaboração de relatório – nomeação do júri – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Outubro de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 01 e 15 de Outubro de 2014 – aprovação

– ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 31 de Outubro de 2014 – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – cabimentos efetuados entre 16 e 31 de Outubro de 2014 – aprovação – ratificação (Vereador)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Fornecimento de serviços e componentes da máquina retroescavadora Komatsu, modelo WB 93 R5, n.º de série F50680 SU – aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aquisição de trator corta mato – higiene pública e praias – aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aquisição de gás propano destiando à Piscina de Sesimbra – aumento temporário de fundos disponíveis – insuficiência de fundos – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aquisição de serviços para técnico responsável (aplicação de produtos fitofarmacêuticos) – celebração de contrato – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aquisição de serviços de engenharia para implementação e verificação dos Programas de Eficiência Energética em Edifícios da Câmara Municipal de Sesimbra – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Não apreciado.

Aquisição de serviços para realização do projeto de infraestruturas elétricas para o Edifício de Habitação Social (Antigo Posto da GNR), sito em Sesimbra, na Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 18 – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – execução de instalação escultórica na Rotunda do Marco do Grilo – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – iluminação de natal’2014 – Largo 5 de Outubro e 6 Rotundas no Concelho – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – passagem de ano 2014/2105 – realização de fogo de artifício – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – segurança e vigilância da Fortaleza de Santiago’2015 – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – Projeto “Sesimbra Inteligente” – antena wireless avariada – substituição – emissão de parecer prévio favorável

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – projeto Museográfico do Novo Museu do Mar – Dr. Manuel Paulo Pitórra – inclusão do IVA – ratificação da deliberação de 17.Setembro.2014

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de comodato – banca n.º 50 do Mercado Municipal da Quinta do Conde – cláusula 4.ª – alteração da deliberação de 06.Agosto.2014 – Raúl Pereira

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do “Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra” – envio à Assembleia Municipal

Deliberação: Assunto apreciado ao abrigo do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo – rejeição do processo – emissão de parecer – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Hortas Solidárias da Quinta do Conde – Fase 2 – protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Fundação EDP – ratificação (Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Projeto “Apoio a Famílias Carentiadas” – alteração ao projeto – protocolos a celebrar entre a Câmara Municipal e as Instituições e/ou Associações parceiras – alteração às cláusulas 1.ª e 2.ª – revogação da deliberação de 08.Abril.2009

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Publicação “Recursos Vivos da Costa da Arrábida” – fixação do preço de venda – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. Custo por livro 10€.

Mercado Municipal de Sesimbra – transferência de titularidade da banca n.º 15, destinada à venda de peixe, de António Apolinário para Ana Cristina Apolinário Marques

Deliberação: Aprovado, por unanimidade

Ação social escolar – ano lectivo 2014/2015 – alimentação e manuais escolares – aplicação do Anexo III e manutenção dos valores – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

31.ª Edição do Corta Mato Concelhio – normas de participação – orçamento – aprovação

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. Data de realização: 28 de Janeiro’2015

Associação de Pais e Encarregados de Educação – atividades de tempos livres – prolongamento de horário – Educação Pré-Escolar – subsídios

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora de Alfarim’2014 – subsídio eventual

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. Data da festa 26 de Dezembro’2014.

Clube Naval de Sesimbra – aquisição de 2 embarcações Surfsky Bilugar – subsídio eventual

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Projeto “Sempre a Mexer para não Envelhecer” – época 2014/2015 – meses de Outubro, Novembro e Dezembro’2014 – coletividades – manutenção e limpeza de espaços – subsídios mensais

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Grupo Desportivo de Alfarim – candidatura ao programa “Alfarim Mais Saudável!” – valor

do orçamento – retificação da deliberação de 19.Fevereiro.2014

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO PRESIDENTE

- Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 21 de Novembro de 2014; de 18 a 24 de Novembro de 2014 (zona 1); de 12 de Novembro de 2014 (zona 2) e de 14 a 21 de Novembro de 2014 (zonas 3 e 5).
- Despachos de gestão urbana – zona oriental de 13 e 20 de Novembro de 2014.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

- Resultados da avaliação do seminário “Agricultura Familiar e Circuitos Curtos”, realizado pelos parceiros da ADREPEs, em Sesimbra no dia 30 de Outubro de 2014.
- Relatório da “II Mostra da Maçã Camoesa ou Férrea da Azoia – Variedade Tradicional da Região de Sesimbra”, realizada na Moagem de Sampaio, nos dias 04 e 05 de Outubro de 2014.
- Informação do Gabinete de Estudos e Candidaturas da Câmara Municipal dando conta que, no âmbito do último Aviso para apresentação de candidaturas em regime de aprovação condicionada – overbooking, para o Regulamento Específico – Reabilitação Urbanas, duas das três foram aprovadas (Requalificação da Lagoa de Albufeira/aprovada; Corredor Eco-Social da Quinta do Conde/aprovada) e (Requalificação Social e Ambiental de Espaços Públicos em Santana/não aceite).
- Lista de Freguesias Anexas Programa de Desenvolvimento Rural’2020 (nova divisão administrativa de freguesias’2013).

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- 19.ª alteração do Orçamento e 17.ª alteração às Grandes Opções do Plano’2014.
- Documento Preliminar da Certificação Legal das Contas do Município de Sesimbra da firma Lino Correia, SROC, Unipessoal, Ld.ª.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL

(Por delegação do Executivo)
Reunião de 22 de Outubro de 2014

ZONA 2 - de 07 de Outubro de 2014

Processo n.º 61/2014 – Maria do Rosário Chagas Rasteiro Pereira e outros – Licenciamento para construção de alteração de reforço estrutural – Rua Cândido dos Reis, n.º 108 – Sesimbra – valor da licença 32,97€ – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA PELOURO DE GESTÃO URBANÍSTICA – ZONA ORIENTAL

(Por delegação de Executivo)
Reunião de 22 de Outubro de 2014

de 02 de Outubro de 2014

Processo n.º 121/98 – Volker Heinrich Klose –

Legalização de ampliação e alterações – Conde 3, lote 3223 – valor da licença 893,32€ – STP 17,85 m2 – Deferido.

de 09 de Outubro de 2014

Processo n.º 387/84 – José Maria Jacinto – Alterações em moradia – Pinhal do General, lote 2083 – valor da licença 66,24€ – Deferido.

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL

(Por delegação do Executivo)
Reunião de 05 de Novembro de 2014

ZONA 1 - de 23 de Outubro de 2014

Processo n.º 100/2012 – José Carlos Cima Gomes – Legalização de telheiro e apoio agrícola – Casal Velho – Aguncheira – valor da licença 7.814,98€ – *STP 208,98m2 – Deferido

ZONA 5 - de 22 de Outubro de 2014

Processo n.º 54/2013 – Manuel Rodrigues Ribeiro – Licenciamento – legalização de moradia, anexo e muro – Casal do Sapo – lote 88j – valor da licença 637,91€ – *STP 151,08m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA PELOURO DE GESTÃO URBANÍSTICA – ZONA ORIENTAL

(Por delegação de Executivo)
Reunião de 05 de Novembro de 2014

de 16 de Outubro de 2014

Processo n.º 491/84 – Nelson Costa Alves – Legalização de alterações – Conde 1, lote 416 – valor da licença 54,69€ – Deferido.

de 23 de Outubro de 2014

Processo n.º 5/85 – João António Lourenço L. Borges – Legalização de alterações – Boa Água 1, lote 1698 – valor da licença 84,35€ – Deferido.

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DIVISÃO DE GESTÃO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO UNIDADE DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA ZOC
Reunião de Câmara de 05-11-2014

ZONA 2 - 28.10.2014

Proc.º de obras n.º 137/2004 - Reqt.º n.º 31750, de 11/09/2014 - Comunicação prévia para legalização de alterações de moradia (telheiro) - Maria Leonor Costa Rodrigues Trafaria - Contribuinte n.º 106673807 - Rua dos Pelicanos, n.º 62 - Banda 10 - Fração AAQ - Zambujal - Castelo - Sesimbra - Admitida
• STP: ----- m2 Valor: 54,69 €

28.10.2014

Proc.º de obras n.º 210/2008 - Reqt.º n.º 12184, de 01/04/2014 - Comunicação prévia para legalização da construção de piscina e equipamentos de apoio - Célia Maria dos Reis Pinhal Cidade - Contribuinte n.º 148242324 - Azoia - Castelo - Sesimbra - Admitida
• STP: ----- m2 Valor: 819,78 €

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL

(Por delegação do Executivo)
Reunião de 19 de Novembro de 2014

ZONA 5 - de 31 de Outubro de 2014

Processo n.º 165/2013 – Armindo da Costa Rodrigues – Licenciamento legalização de moradia, anexo e muro – Rua do Farol, lote 4 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 2.342,90€ – *STP 176m2 – Deferido

Processo n.º 35/2014 – Alexa Suzanne Canhão da Silva Werner – Licenciamento legalização de moradia, anexo e muro – Rua do Farol, lote 8 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.532,26€ *STP 210m2 – Deferido

Processo n.º 14/2014 – Amadeu José de Almeida Tavares – Licenciamento de construção de moradia e muro – Rua Sol de Inverno, lote 32 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 337,73€ – *STP 120,55m2 – Deferido

Processo n.º 57/2013 – Maria Pacheco Simões Mercedes – Licenciamento legalização de moradia, anexo e muro – Avenida dos Compadres, lote 103E – Casal do Sapo – valor da licença 980,62€ – *STP 81m2 – Deferido

ZONA 5 - de 10 de Novembro de 2014

Processo n.º 51/2014 – Eusébio Veríssimo da Rocha – Licenciamento de construção de moradia, piscina, telheiro e muro – Rua Mira Lagoa, lote 209 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 3.269,37€ – *STP 192,70m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA PELOURO DE GESTÃO URBANÍSTICA – ZONA ORIENTAL

(Por delegação de Executivo)
Reunião de 19 de Novembro de 2014

de 30 de Outubro de 2014

Processo n.º 7/12 – Teresa Maria Rodrigues Pinela – Construção de moradia e garagens – Conde 2, lote 412 – valor da licença 12.005,74€ – *STP 264m2 – Deferido.

Processo n.º 120/87 – Jorge Batista Santos Morais – Legalização de alterações – Pinhal do General, lote 1167 – valor da licença 405,42€ – Deferido.

Processo n.º 57/14 – Abralusa-Empreendimentos Imob, Ld.ª – Construção de moradia e garagens – Boa Água 1, lote 531 – valor da licença 13.362,82€ – *STP 294,61m2 – Deferido.

de 06 de Novembro de 2014

Processo n.º 119/88 – Francisco Dias Lopes – Legalização de garagem – Conde 2, lote 1746 r/c – valor da licença 1.689,05€ – *STP 33,75m2 – Deferido.

Processo n.º 8/13 – Ferteam, Investimentos Imobiliários, Ld.ª – Construção de moradia – Conde 2, lote 343 – valor da licença 12.188,86€ – *STP 268,74m2 – Deferido.

Processo n.º 121/89 – António Ribeiro Mendes – Legalização de alteração – Conde 1, lote 2077 – valor da licença 99,18€ – Deferido.

Processo n.º 173/88 – Manuel Pinto Alves Caldas – Legalização de alterações – Pinhal do General, lote 1510 – valor da licença 2.267,67€ – *STP 57,05m2 – Deferido.

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DA CÂMARA MUNICIPAL DIVISÃO DE GESTÃO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO UNIDADE DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA ZOC

19.11.2014

ZONA 5 - 20.11.2014

Processo de Obras n.º 58/2014 Rui Filipe Cardoso Quelhas – Requerimento n.º 27543 de 01.08.2014 – comunicação prévia (construção de moradia) – Rua dos Caetanos, lote 59 – Augi 22 – Lagoa de Albufeira - Taxa €875.10 - Admitida

Zona 3 - 12.12.2013

Processo de Obras n.º 66/86 – José Alexandre Sousa Antunes Vitoriano – Requerimento n.º 44654 de 12.12.2013 – comunicação prévia (legalização de alterações e ampliação de cave – Quinta de S. José, lote 4 – Sampaio – Taxa €147.64 - Admitida

Zona 3 - 28.10.2014

Processo de Obras n.º 74/2014 – Cosme Perneco dos Santos – Requerimento n.º 33271 de 24.09.2014 – Comunicação prévia (construção de moradia e muro) – Charneca da Cotovia, lote 5 – Taxa €1094.12 - Admitida

Zona 3 - 10.11.2014

Processo de obras n.º 10/85 – Henrique Jorge Pinto Bizarro – Requerimento n.º 32713 de 19.09.2014 – Comunicação Prévia – alterações (mudança de uso e anulação de piso) – Almoinha – Taxa €1301.79 - Admitida

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL

(Por delegação do Executivo)

Reunião de 03 de Dezembro de 2014

UAPU - de 21 de Novembro de 2014

Processo n.º 150/2013 – Heitor Alves Castanheira – Legalização de alterações de moradia, telheiros, anexos e vedação – Pinhal do Cabedal – Alvéolo

63, fracção BR – *STP 54,05m2 + 16,5m2 (cave) + 9,25m2 (telheiros) – Deferido

Processo n.º 168/2013 – Ana Cristina Almeida – Legalização de alterações de moradia, telheiros, anexos e vedação – Pinhal do Cabedal – Alvéolo 32, fracção AI – *STP 56,28m2 + 18,2m2 (telheiros) – Deferido

ZONA 1 - de 18 a 24 de Novembro de 2014

Processo n.º 15/2014 – Álvaro Jorge Borges dos Santos Guerra – Licenciamento para construção de moradia e telheiro – Aldeia do Meco – valor da licença 13.524,79€ – *STP 335,44m2 – Deferido

Processo n.º 59/1991 – José da Silva Marques – Licenciamento para legalização de telheiro e muro – Rua do Sobreiro – Caixas – valor da licença 1.252,97€ – *STP 20,90m2 + 37,40m2 – Deferido

Processo n.º 119/1966 – Maria Júlia Marques Rodrigues de Almeida, cabeça de casal da herança de Arménio Penim Almeida – Licenciamento para a legalização de ampliação de anexos – Caixas – valor da licença 4.018,56€ – *STP 79m2 – Deferido

ZONA 2 - de 12 de Novembro de 2014

Processo n.º 145/2012 – Eulália da Conceição Franco Elias Trolliet – Legalização da construção de alterações em moradia – Zambujal – valor da licença 145,19€ – *STP 1,38m2 – Deferido

ZONA 5 e 3 - de 14 a 21 de Novembro de 2014

Processo n.º 28/2014 – Maria Fernanda Afonso – Licenciamento, legalização com alterações em moradia, anexo e muro – Rua dos Beirões, lote 9 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.121,39€ – *STP 117m2 – Deferido

Processo n.º 82/2013 – Domingos Luís Barradas Belém – Licenciamento, legalização com alterações de moradia, anexo e muro – Rua das Andorinhas, lote 91 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 476,61€ – *STP 167m2 – Deferido

Processo n.º 200/1983 – Saul Fernando Machado Viegas – Licenciamento, legalização de alterações – Rua Oliveira Martins, n.º 6 D – Charneca da Cotovia – valor da licença 39,86€ – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA PELOURO DE GESTÃO URBANÍSTICA – ZONA ORIENTAL

(Por delegação de Executivo)

Reunião de 03 de Dezembro de 2014

de 13 de Novembro de 2014

Processo n.º 983/83 – Valdemar Roma Rebelo – Legalização de alteração – Conde 1, lote 2 312 – valor da licença 945,87€ – *STP 18,9m2 – Deferido.

Processo n.º 203/92 – José dos Santos Marques – Legalização de alterações – Pinhal do General, lotes 1832-1834 – valor da licença 54,69€ – Deferido.

de 20 de Novembro de 2014

Processo n.º 20/91 – Luciano António Nunes Albano – Legalização de garagem e muros – Pinhal do General, lote 211 – valor da licença 861,33€ – *STP 21,52m2 – Deferido.

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DIVISÃO DE GESTÃO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO UNIDADE DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA ZOC

Reunião de Câmara de 03-12-2014

ZONA 2 - 14.11.2014

Proc.º de obras n.º 71/2014 - Reqt.º n.º 32257, de 16/09/2014 - Comunicação prévia para demolição parcial de edifício de habitação e comércio - Nazaré Duarte Mata - Contribuinte n.º 120998025 - Rua D. Sancho I, n.ºs 11 e 13 - Santiago - Sesimbra - Admitida
• STP: 97,86 m2 Valor: 65,68 €

14.11.2014

Proc.º de obras n.º 72/2014 - Reqt.º n.º 32240, de 16/09/2014 - Comunicação prévia para reconstrução de edifício de habitação e comércio - Nazaré Duarte Mata - Contribuinte n.º 120998025 - Rua D. Sancho I, n.ºs 11 e 13 - Santiago - Sesimbra - Admitida
• STP: 97,86 m2 Valor: 5.252,29 €

17.11.2014

Proc.º de obras n.º 56/2014 - Reqt.º n.º 26 813 de 28/07/2014 - Comunicação prévia para execução de cinta ao nível da cobertura do edifício - DMF - Engenharia e Reabilitação Unipessoal, Lda - Contribuinte n.º 510166440 - Rua Amélia Frade, n.º 20 e Rua S. José, n.º 2 - Santiago - Sesimbra - Admitida
• STP: ----- Valor: 32,97 €

DESPACHOS DA CÂMARA MUNICIPAL DIVISÃO DE GESTÃO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO UNIDADE DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA ZOC

03.12.2014

ZONA 5 - 12.11.2014

Processo de Obras n.º 36/2014 José Carlos Bairrada Pires/108306968 - Requerimento n.º 36628 de 22.10.2014 – comunicação prévia – alteração da cota de soleira da moradia e alteração do muro – Rua D. Diniz, lote 75 – Lagoa de Albufeira – Taxa €25.03 - Admitida

ZONA 3 - 20.12.2014

Processo de Obras n.º 215/2005 – Fernando Teixeira Marinho/154133043 – Requerimento n.º 37112 de 24.10.2014 – Comunicação prévia – legalização de muro – Rua Bernardo Lima, lote 17 – Charneca da Cotovia – Taxa 11.66 - Admitida

AVISO

N.º 131/2014 - NOTARIADO

CERTIDÃO - LOTEAMENTO MUNICIPAL

AUGUSTO MANUEL NETO CARAPINHA PÓLVORA, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, certifica, para efeitos de registo na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra e Serviço de Finanças de Sesimbra que foi aprovado pelas deliberações de Câmara datadas de 27/05/2009 e 11/06/2014, a operação de loteamento municipal do prédio misto sito na Ribeira do Marchante, freguesia da Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 9763 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 18221, da freguesia da Quinta do Conde e parte rústica dos artigos 33, 34 e 35, da Secção D, da freguesia do Castelo.

O loteamento aprovado pela deliberação camarária de 27/05/2009, integra e cumpre o disposto no Plano de Urbanização da Ribeira do Marchante (PURM) publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 37 de 23 de fevereiro de 2009, por deliberação n.º 556/2009, e apresenta de acordo com Anexos I (planta) e II (quadro de lotes), as seguintes características:

- Área total do prédio – 260.863,19 m²;
 - Área total do prédio a lotear (somente urbana) – 185.981,75 m²;
 - Área remanescente da propriedade municipal (área não loteada) – 74.884,44 m² (área urbana - 24.031,44 m² e área rústica agrícola – 50.850,00 m²;
 - Área total dos lotes para uso habitacional em banda – 58.428,32 m²;
 - Área do lote para uso habitacional coletivo e ocupação mista – 13.485,00 m²;
 - Área total de construção (STP) – 110.686,60 m²;
 - Área dos lotes para habitação em banda conforme Anexos I e II;
 - Número de pisos máximo para moradias em banda – 2 + 1 piso recuado;
 - Números de pisos máximo para habitação coletiva e ocupação mista e equipamentos – 3 pisos;
 - Número de lotes – 350 (trezentos e cinquenta) lotes para habitação em banda e habitação coletiva, comércio, serviços e equipamentos;
 - Número máximo de fogos – 738 (setecentos e trinta e oito);
 - Número de parcelas destinadas a equipamento 4 (quatro):
 - Área de reserva para equipamentos (parcelas R1- 2.835,35 m² e R2- 8.887,40 m² - Domínio Privado) - 11.722,75 m²;
 - Área de equipamentos de utilização coletiva (D 1- parcela para expansão do cemitério e centro funerário municipal, com a área de 9.225,63 m², a anexar ao prédio descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 7755 e inscrito na matriz sob o artigo 1627 da freguesia da Quinta do Conde) e D2 – parcela para equipamento desportivo – 7.33594 m² - Domínio Privado) – 16.561,57 m²;
 - Área de espaços verdes e de utilização coletiva (Domínio Público) – 23.454,88 m²;
 - Área de infraestruturas viárias (arruamentos, estacionamento e passeios - Domínio Público) – 62.329,23 m², conforme planta que constitui o anexo I;
 - Número total de lugares de estacionamento – 1769, sendo 230 lugares privados em estrutura edificada (cave), 663 lugares privados nos lotes e 876 lugares públicos; Fazem parte integrante da presente certidão os seguintes anexos:
- a) Anexo I - Planta síntese do loteamento;
- b) Anexo II – Quadro de lotes.
- Por ser verdade se passou a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco desta Câmara Municipal.

Sesimbra, 13 de Novembro de 2014

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

AVISO

N.º 124/2014 - NOTARIADO

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 07/2014

Nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, na sua redação atual, contendo as especificações previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, em nome de Administração Conjunta da Augi 35, entidade equiparada a pessoa coletiva n.º 901 162 213, com sede na Rua das Glicínias, Lote 2, Lagoa de Albufeira, é emitido o alvará de loteamento n.º 07/2014, a que diz respeito o processo n.º 06/2010L, através do qual é licenciado o loteamento e as res-petivas obras de urbanização que incidem sobre os prédios rústicos em área urbana de gênese ilegal sito em Aiana, freguesia de Sesimbra (Castelo), concelho de Sesimbra, descritos na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob os n.ºs 2424, 1465, 655 e 6396, e inscritos na matriz da mesma freguesia sob os artigos 29, 30, 37 e 38, Secção L.

A licença de loteamento e os projetos das obras de urbanização aprovados pelas deliberações camarárias de 07 de Agosto de 2013, 22 de Outubro de 2013, 08 de Janeiro de 2014 e 06 de Agosto de 2014, correspondem, na sua essência, à situação evidenciada na realidade atual, conforme exigido na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na sua redação atual; e o quadro da caução aprovado pelas citadas deliberações camarárias de 07 de Agosto de 2013, 22 de Outubro de 2013, 08 de Janeiro de 2014 e 06 de Agosto de 2014, respeita o disposto no Plano Diretor Municipal e apresen-ta, de acordo com a planta que constitui o anexo A, as seguintes características:

- Área total dos prédios – 20.000 m²;
- Área dos prédios a lotear – 20.000 m²;
- Área total dos lotes – 15.193,29 m²;
- Área total de construção (STP) – 6.450 m²;
- Número de lotes – 40 (quarenta) lotes, correspondendo a 40 fogos para habitação;
- Número de pisos máximos – 2 pisos;
- Áreas dos lotes – Lote n.º 1 – 364,90 m²; Lote n.º 2 – 406,50 m²; Lote n.º 3 – 409,80 m²; Lote n.º 4 – 405,00 m²; Lote n.º 5 – 411,25 m²; Lote n.º 6 – 409,33 m²; Lote n.º 7 – 396,60 m²; Lote n.º 8 – 400,25 m²; Lote n.º 9 – 201,80 m²; Lote n.º 10 – 715,50 m²; Lote n.º 11 – 364,85 m²; Lote n.º 12 – 403,15 m²; Lote n.º 13 – 214,00 m²; Lote n.º 14 – 200,00 m²; Lote n.º 15 – 416,00 m²; Lote n.º 16 – 202,25 m²; Lote n.º 17 – 203,73 m²; Lote n.º 18 – 401,00 m²; Lote n.º 19 – 397,00 m²; Lote n.º 20 – 400,45 m²; Lote n.º 21 – 205,55 m²; Lote n.º 22 – 205,55 m²; Lote n.º 23 – 792,40 m²; Lote n.º 24 – 406,00 m²; Lote n.º 25 – 200,60 m²; Lote n.º 26 – 608,60 m²; Lote n.º 27 – 400,75 m²; Lote n.º 28 – 401,20 m²; Lote n.º 29 – 407,60 m²; Lote n.º 30 – 363,50 m²; Lote n.º 31 – 364,50 m²; Lote n.º 32 – 405,18 m²; Lote n.º 33 – 401,20 m²; Lote n.º 34 – 410,50 m²; Lote n.º 35 – 402,40 m²; Lote n.º 36 – 404,15 m²; Lote n.º 37 – 201,55 m²; Lote n.º 38 – 201,55 m²; Lote n.º 39 – 394,55 m²; Lote n.º 40 – 692,60 m².

Área de cedência para o domínio público municipal – 4.236,91 m²;

Finalidade – Arruamentos e zona verde pública, de acordo com a planta arquivada nos serviços da Câmara Municipal.

Para conclusão das obras de urbanização foi fixado o prazo de 12 meses.

Paços do Município de Sesimbra, 20 de Outubro de 2014.

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

EDITAL

N.º 119/2014 - UFSIG

Américo Manuel Machado Gegaloto, Vereador do Pelouro da Toponímia da Câmara Municipal de Sesimbra:

Faz público que, esta Câmara Municipal, na sua reunião de 08 de outubro de 2014, deliberou por unanimidade, reconhecer a natureza pública do caminho com a classificação toponímica de Rua Vale Brejo, sito em Alfarrim, que ocupa parcialmente e atravessa o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sesimbra sob o n.º 16115, inscrito na Matriz Predial sob o Artigo 181 da Secção K, o qual ocupa a área de 577,8 m² e tem em média a largura de 9,02 m² e a extensão de 64,05m, na parte que atravessa o respetivo prédio e integra o domínio público municipal.

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, aos 13 de outubro de 2014

O Vereador do Pelouro da Toponímia
Américo Gegaloto, Dr.

EDITAL

N.º 120/2014 - UFSIG

Américo Manuel Machado Gegaloto, Vereador do Pelouro da Toponímia da Câmara Municipal de Sesimbra:

Faz público que, esta Câmara Municipal, na sua reunião de 08 de outubro de 2014, deliberou por unanimidade, reconhecer a natureza pública dos caminhos, sitos em Alfarrim, que ocupam parcialmente o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sesimbra sob o n.º 13147, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o Artigo 161 da Secção J, os quais ocupam a área total de 164 m² e integram o domínio público municipal, sendo que, a área referida distribui-se pelos arruamentos a seguir discriminados:

- Rua da Marconi - 83 m²;
- Rua da Areeira - 81 m².

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, aos 13 de outubro de 2014

O Vereador do Pelouro da Toponímia
Américo Gegaloto, Dr.

EDITAL

N.º 129/2014 - GT/PQ

Arqtº. Augusto Manuel Carapinha Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, faz público nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 70º do Código do Procedimento Administrativo e artigo 91º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, que se encontram no Parque Municipal de Campismo Forte do Cavalo alguns bens deixados pelos utentes deste Parque e que abaixo se discriminam:

Calções Verdes de homem Deeply,
T-shirt preta de homem,
Boné de criança,
Toalha de rosto branca,
Boxers em tecido,
Echarpe cor-de-rosa,
Camisola branca de senhora,
Toalha de banho azul,
Calções de ganga,
Casaco em malha branco de senhora,
Chinelos de senhora,
Relógio swatch de senhora,
Colchão de campismo Mckinley,
Cadeira de campismo verde, Wild Nature,
Ferros da estrutura de uma tenda.

Mais se informa que estes objectos poderão ser levantados no prazo máximo de 1 ano no Parque Municipal de Campismo Forte do Cavalo no seguinte horário:

De 2.ª a 6.ª feira das 8:00h às 14:00h

No acto de levantamento será verificado se quem se arroga proprietário destes objectos esteve de facto no Parque de Campismo bem como terá de assinar declaração a mencionar que recebeu o material.

O destino dos bens não reclamados no prazo estipulado será decidido pela Câmara Municipal de Sesimbra.

Sesimbra, 7 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

AVISO

N.º 132/2014 - NOTARIADO

5.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 18/1982

Nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, a Câmara Municipal de Sesimbra, de conformidade com a deliberação tomada na reunião de 17 de Dezembro de 2012, e da autorização da Assembleia Municipal de Sesimbra tomada na 2.ª Reunião da Sessão ordinária de Dezembro realizada em 10 de Janeiro de 2013, torna público que, em nome da Câmara Municipal de Sesimbra, contribuinte n.º 501 144 218, com sede na Rua da República, n.º 3, em Sesimbra, é emitido o aditamento ao alvará de loteamento n.º 18/1982, de 17 de Dezembro, passado em nome de Henrique José dos Santos Maldonado, respeitante aos prédios sítos no lugar de Urbanização da Quintinha, Zona I, freguesia de Sesimbra (Castelo), concelho de Sesimbra, descritos na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 106 e 1155, da freguesia do Castelo, respetivamente.

O presente aditamento, de acordo com a planta anexa e com a observância do que dispõe o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de Março, titula as seguintes alterações:

- 1- Desafetação/desanexação do domínio público municipal da parcela com 140 m2, a afetar ao domínio privado do município.
- 2- Transmissão para o titular do lote n.º 146 (descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 1757/Castelo), da parcela com a área de 140m2.
- 3- Anexação ao lote n.º 146 (descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 1757/Castelo), ficando o mesmo com a área total de 488 m2.
- 4- Diminuição da área do domínio público municipal (lote n.º 145) de 3.169,00 m2 para 3.029,00 m2, em resultado da desanexação referida no número 1.
- 5- A área total em domínio público municipal passa de 29.091,00 m2 para 28.951,00 m2.

Paços do Município de Sesimbra, 20 de Novembro de 2014.

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

AVISO

N.º 122/2014 - NOTARIADO

4.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 21/2001

Nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, a Câmara Municipal de Sesimbra, de conformidade com a deliberação tomada na reunião de 23 de Julho de 2014, torna público que, em nome de Natália Vasconcelos Macedo, residente na Quinta do Texugo, lote 26 M, Sampaio, contribuinte n.º 204 801 017, é emitido um aditamento ao alvará de loteamento n.º 21/01, (4.º) de 17 de Agosto de 2001, de que é titular José Carlos, Lda, respeitante ao prédio sito no lugar de Cotovia, freguesia de Sesimbra (Castelo), concelho de Sesimbra, descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 05695, da freguesia de Sesimbra (Castelo), e inscrito na matriz sob o artigo 277, da Seção M, da mesma freguesia.

O presente aditamento titula a seguinte alteração de acordo com a planta anexa e com a observância do que dispõe o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março:

- Aumento do polígono de implantação do lote n.º 45, descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o n.º 10611, da freguesia do Castelo, bem como o índice de implantação para o mesmo, de forma a possibilitar a existência de uma área de cave superior.
- Área máxima de implantação passa de 96,00 m2 para 144,00 m2.
- Índice de implantação passa de 0.45 para 0.68.

Paços do Município de Sesimbra, 14 de Outubro de 2014.

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

EDITAL

N.º 133/2014 – DGPU/UAPU

(ARTIGO 70.º N.º 1 AL. D) DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO)

Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, no cumprimento e para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 27.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e uma vez que se desconhece a identidade e paradeiro dos interessados, FAZ SABER que:

Correm éditos de 30 dias, contados da data da afixação do presente edital, notificando os proprietários dos lotes constantes do alvará n.º 11 emitido em 19 de Novembro de 1990, que dispõem do prazo de 10 dias, decorridos que seja o dos éditos, para querendo se pronunciarem sobre o teor do pedido de alteração à licença de operação de loteamento n.º 20/1987, sito em Almoíña, freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, e titulada pelo alvará supra identificado, formulada por João Vilela Viana.

A presente alteração visa alterar os limites do polígono de implantação do lote n.º 20.

Ficam ainda notificados que a exposição tem de ser apresentada por escrito, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, e entregue no Serviço de Atendimento do Urbanismo sito no Largo do Município, n.º 4 em Sesimbra, onde também poderão consultar o respetivo processo.

Sesimbra, 26 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

EDITAL

N.º 121/2014 - UFSIG

Américo Manuel Machado Gegaloto, Vereador do Pelouro da Toponímia da Câmara Municipal de Sesimbra:

Faz público que, esta Câmara Municipal, na sua reunião de 08 de outubro de 2014, deliberou por unanimidade, reconhecer a natureza pública dos caminhos, sítos em Alfirim, que ocupam parcialmente o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sesimbra sob o n.º. 9567, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o Artigo 160 da Seção J, os quais ocupam a área total de 169 m² e integram o domínio público municipal, sendo que, a área referida distribui-se pelos arruamentos a seguir discriminados:

- Rua da Marconi - 85 m²;
- Rua da Areira - 84 m².

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, aos 13 de outubro de 2014

O Vereador do Pelouro da Toponímia
Américo Gegaloto, Dr.

JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

FAZ PÚBLICO, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art. 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua sessão extraordinária realizada no dia 7 de novembro de 2014, tomou as seguintes deliberações:

Período de Antes da Ordem do Dia

Foram aprovadas por unanimidade as seguintes atas:

28 de novembro de 2013.

20 de dezembro de 2013.

10 de janeiro de 2014.

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 22 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do MSU e 1 do BE) e 2 votos contra do PSD/CDS-PP, a seguinte Moção:

“O Estado da Educação

Neste início de ano escolar e de forma agravada, pais, professores, funcionários e estudantes veem-se confrontados com uma escola pública mais debilitada e mais frágil. O ano letivo inicia-se num clima de grande instabilidade nas escolas e de agudização das condições de vida das famílias. A Escola Pública, gratuita e de qualidade e o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar de determinação constitucional, estão sob forte ofensiva do Governo e diariamente é desvirtuada.

As escolas vivem nestes últimos anos, fruto das políticas seguidas por este governo, numa permanente situação de instabilidade cada vez mais preocupante e comprometedor da necessária melhoria da qualidade do ensino, onde os docentes são tendencialmente excluídos da participação democrática nas opções programáticas, métodos e conteúdos curriculares, numa clara ofensiva à sua condição profissional e por consequência afastando os seus contributos para o que deve ser a Escola Pública: espaço de liberdade e conhecimento.

Um governo que devia preocupar-se com a taxa de abandono precoce, com os 3,5 milhões de portugueses sem qualquer diploma ou sem conclusão do ensino básico ou com os 1,5 milhões entre os 25 e os 44 anos sem conclusão do Ensino Secundário, coloca-se energicamente em campo para desencadear um projeto ideológico de desmantelamento da Escola Pública, limitando o acesso ao conhecimento, elitizando o ensino, atribuindo às camadas trabalhadoras apenas a necessidade de adquirir competências profissionais ao serviço do mercado capitalista, estratificando assim o sistema educativo, tal como acontecia antes do 25 de abril de 1974. A educação tem sido das áreas sociais mais martirizadas nos últimos anos. Os cortes no setor nos últimos três orçamentos têm vindo a crescer de forma excecional Portugal é já dos últimos do ranking da OCDE, em que as verbas para educação têm o valor mais baixo do PIB, ficando a cerca de metade do que são as recomendações internacionais. Mais uma vez, em vez de haver investimento na educação e na promoção de medidas de combate ao abandono e de incentivo ao sucesso escolar, o que se faz é reduzir a despesa que vai ter um impacto ao nível dos recursos humanos, e na insuficiência de recursos humanos, o que, aliás, tem caracterizado os orçamentos dos últimos anos para o setor. Na proposta de Orçamento de Estado para 2015, a despesa com o ensino básico e secundário baixa 704,4 milhões de euros face a 2014, caindo cerca de 5 milhões de euros. A despesa total consolidada prevista para 2015 para o ensino básico e secundário decresce 11,3% em comparação com 2014, ano em que se fixou em 6.243,9 milhões de euros. Em sentido oposto, os juros da dívida atingirá em 2015 mais de 8.000 milhões

de euros, ou seja, Portugal investe mais em juros a pagar a terceiros do que com a sua educação. Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Sesimbra prossegue a sua orientação no quadro das suas competências, a desenvolver investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção do apoio no fornecimento de refeições e apoio social escolar. Trata-se de uma intervenção que exige investimentos avultados e que se encontra cada vez mais ameaçada pelos ataques que o poder local democrático sofre e pelos reflexos da política educativa governamental.

A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera:

1. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País; exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.

2. Exigir que sejam invertidas as medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;

3. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos;

4. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, auxiliares de educação na luta pelas suas reivindicações e direitos e por uma escola pública de sucesso e progresso nacional;

5. Reafirmar o empenho desta Assembleia Municipal em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.

6. Realizar uma Assembleia Municipal temática sobre o “ Estado da Educação” a dinamizar pela Comissão de Lideres e pela Comissão 3 desta Assembleia.

Dar conhecimento: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Ministro da Educação, Grupos Políticos da Assembleia da República, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia de Santiago, Castelo e Quinta do Conde, Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho, Sindicatos do Setor da Educação.”

Os Grupos Municipais do PSD/CDS-PP e MSU apresentaram Declaração de Voto.

Aprovou, por maioria, com 20 votos a favor, (13 da CDU, 6 do PS e 1 do BE), 2 votos contra do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU, a seguinte Moção com o título “Contra o desmantelamento do estado social, contra o empobrecimento, contra o orçamento de estado para 2015”:

“O governo PSD-CDS apresentou no passado mês de Outubro o orçamento de estado para 2015. Um orçamento que segue o rumo dos anteriores na imposição de medidas de empobrecimento dos portugueses, de corte e congelamento de salários e reformas, de congelamento de carreiras e despedimentos na Administração Pública, de ataque aos direitos sociais de todo o povo dificultando de forma gravíssima o acesso à educação, à saúde, à justiça e à segurança social. Este orçamento contraria a enorme campanha de propaganda do governo, pois não se constitui como orçamento de viragem, nem amigo das

famílias, muito menos um orçamento preocupado com a justiça social, o crescimento e o relançamento económico do país como querem fazer crer. O orçamento para 2015 visa o aumento generalizado dos impostos sobre os trabalhadores e o povo que para além da brutal injustiça fiscal do maior aumento de impostos diretos sobre o trabalho que há memória, vem carregar ainda mais nos impostos indiretos com a chamada fiscalidade verde. Um aumento de cerca de 8% que se traduzirão em novos aumentos nos combustíveis, no gás, no imposto de circulação, nos transportes públicos, no IMI com o fim da cláusula de salvaguarda, entre outros. Para quem trabalha ou trabalhou, o orçamento de estado deixa a promessa de uma improvável devolução da injusta sobretaxa do IRS, mas para o grande capital o cumpre de imediato a baixa dos seus impostos com a diminuição da taxa do IRC, mais as rendas das PPP, as privatizações, os benefícios fiscais, o aumento dos juros pagos pela dívida e que no próximo ano serão de mais 400 milhões de euros, um serviço da dívida brutal de 8 mil e 200 milhões de euros, mas corta no rendimento social de inserção, nos abonos, no complemento para idosos, nos desempregados. Congela mais um ano o indexante social para baixar o valor de todas as prestações, continua o ataque às funções sociais do estado visando o seu desmantelamento, corta na Educação e agrava o financiamento dos serviços públicos, essenciais à vida das populações. Este orçamento do estado é na realidade mais um que espelha o total fracasso da governação como confirma que as políticas desenvolvidas visam apenas e somente reconfigurar o estado à medida dos interesses dos grandes grupos económicos.

Este é finalmente um orçamento que fecha um ciclo de uma governação de que os portugueses desejam ver-se livre e que bateu todos os mais indesejáveis recordes que um país pode aspirar deixando um rasto de destruição e miséria incomparável.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 07 de Novembro delibera:

1 - Repudiar o orçamento de estado apresentado e por consequência o desmantelamento do estado social e o empobrecimento do País protagonizado pelo governo.

2 - Exigir uma política alternativa que vise a defesa dos salários, pensões, prestações sociais, funções sociais do estado, apostando no crescimento económico e desenvolvimento do País.

Enviar esta moção: Ao Sr. Presidente da República, à Sra. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-ministro, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias.”

Os Grupos Municipais do PS e MSU prestaram Declaração de Voto.

“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”
Intervenção do cidadão José Carlos de Almeida Fernandes Dias, sobre situações ocorridas na Lagoa de Albufeira.

Período da Ordem do Dia

1º Ponto da Ordem de Trabalhos

Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2014, a cobrar em 2015;

Foi deliberado sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação, o seguinte:

1. Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos do ano de 2014 a cobrar em 2015, nos seguintes valores:

Aprovou por unanimidade:

continuação >>>

a) Prédios Rústicos: 0,8 %;

Aprovou por maioria com 15 votos a favor (13 da CDU e 2 do PSD/CDS-PP), 2 votos contra do MSU e 7 abstenções (6 do PS e 1 do BE).

b) Prédios Urbanos 0,4 %.

Aprovou por unanimidade:

2. Para os efeitos fixados no número 6 do artigo 112.º do CIMI:

a) Que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação e reabilitação urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na planta anexa ao processo;

b) Minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem em cada ano a partir de 2015, para os prédios sítos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de Junho de 2015, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios:

i) Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP (superfície total de pavimentos) - 30%;

ii) Recuperação geral externa ou recuperação geral de infraestruturas internas sem aumento da STP - 20%;

iii) Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP- 10%.

Os Grupos Municipais do MSU e PS apresentaram Declaração de Voto. A Declaração de Voto do PS também englobou os pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos.

2º Ponto da Ordem de Trabalhos

Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para

2015;

Foi deliberado sob proposta da Câmara Municipal, aprovado por unanimidade a fixação para o ano de 2015 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Sesimbra, conforme prevê o n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.

3º Ponto da Ordem de Trabalhos

Lançamento da derrama sobre a coleta do IRC'2014, a cobrar em 2015;

Foi deliberado, por maioria, sob proposta da Câmara Municipal, com 17 votos a favor (13 da CDU, 2 do PSD/CDS-PP e 2 do MSU) e 7 votos contra (6 do PS e 1 do BE), autorizar:

1. O lançamento de uma derrama de 1,5 por cento sobre o Lucro Tributável Sujeito e Não Isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2014 a cobrar no ano de 2015.

2. A isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos:

* Microempresas (até 10 trabalhadores) - 1 Posto de Trabalho

* Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) - 3 Postos de Trabalho

* Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) - 6 Postos de Trabalho

A aludida isenção está conforme os poderes tributários conferidos aos municípios nos termos da alínea d) do artigo 15.º e das isenções e benefícios fiscais do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, tendo em vista fomentar a economia local e promover a criação de emprego atendendo à grave crise que atualmente ainda se verifica.

A concretização da isenção proposta ficará condicionada à entrega dos elementos comprovativos por parte das empresas que pretendam beneficiar da mesma e da possibilidade de inscrição desta na plataforma da Autoridade Tributária.

4º Ponto da Ordem de Trabalhos

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2015 - Fixação da taxa.

Foi deliberado, por maioria com 17 votos a favor (13 da CDU, 2 do PSD/CDS-PP e 2 do MSU), 6 votos contra do PS e 1 abstenção do BE, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a percentagem de participação variável do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), a vigorar em 2015, no valor de 5 %.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra, 10 de novembro de 2014.

A Presidente da Assembleia Municipal,
Joaquina Odete Martins da Graça

EDITAL

N.º 123/2014 - DGPU/UAPU

(ARTIGO 70.º N.º 1 AL. D) DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO)

Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, no cumprimento e para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 27.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e uma vez que se desconhece a identidade e paradeiro dos interessados, FAZ SABER que:

Correm éditos de 30 dias, contados da data da afixação do presente edital, notificando os proprietários dos lotes constantes do alvará n.º 8 emitido em 10 de Setembro de 2004, que dispõem do prazo de 10 dias, decorridos que seja o dos éditos, para querendo se pronunciarem sobre o teor do pedido de alteração à licença de operação de loteamento n.º 9/2001, sito em Sobralinho II - Charneca da Cotovia, freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, e titulada pelo alvará supra identificado, formulada por Rogério Martins Rodrigues Cocharra.

A presente alteração visa a alteração ao polígono e área de implantação, afastamentos laterais, STP e n.º de fogos dos lotes n.ºs 30 e 31.

Ficam ainda notificados que a exposição tem de ser apresentada por escrito, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, e entregue no Serviço de Atendimento do Urbanismo sito no Largo do Município, n.º 4 em Sesimbra, onde também poderão consultar o respetivo processo.

Sesimbra, 15 de Outubro de 2014

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

EDITAL

N.º 135/2014 - DGPU/UAPU

(ARTIGO 70.º N.º 1 AL. D) DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO)

Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, no cumprimento e para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 27.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e uma vez que se desconhece a identidade e paradeiro dos interessados, FAZ SABER que:

Correm éditos de 30 dias, contados da data da afixação do presente edital, notificando os proprietários dos lotes constantes do alvará n.º 3 emitido em 14 de Setembro de 2006, que dispõem do prazo de 10 dias, decorridos que seja o dos éditos, para querendo se pronunciarem sobre o teor do pedido de alteração à licença de operação de loteamento n.º 40/000, sito em Charneca da Cotovia, freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, e titulada pelo alvará supra identificado, formulada por A.C.M. SOUSA, S.A..

A presente alteração trata de uma alteração global ao alvará de loteamento, em que apenas é mantida a área de construção aprovada.

Ficam ainda notificados que a exposição tem de ser apresentada por escrito, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, e entregue no Serviço de Atendimento do Urbanismo sito no Largo do Município, n.º 4 em Sesimbra, onde também poderão consultar o respetivo processo.

Sesimbra, 2 de dezembro de 2014

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º

EDITAL

N.º 117/2014 - UAAS

Avisam-se os familiares dos falecidos abaixo mencionados que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão dirigir-se ao balcão de atendimento da Unidade de Apoio de Águas e Saneamento desta autarquia, sito no Edifício do Mercado Municipal da Quinta do Conde, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30, a fim de marcar a data de exumação e informar quanto ao destino das ossadas.

Maria Estefânia da Silva
Orlando António Martins
Faustina Soares da Luz Silva
José Júlio Pinteus Aniceto
Adelino do Carmo Martins Gama
Maria da Conceição Jacinto
Maria de Lurdes Fernandes de Azevedo Marques
Laurinda Ferreira da Conceição Gonçalves de Almeida
Olívia da Conceição Borges Abreu
Conceição Alvarez Nunes
Hermínia Joana Alves
Mário dos Santos Maria
Edgar Filipe Garcia Vicente
Jacinto Amaro da Costa Moiteira
Beatriz de Jesus
Maria da Piedade Antunes Cerqueira de Oliveira
Joaquim Carlos Gracio Barreiras
Nuno Neto Bartolomeu
José David Prates Vieira
Sebastião Teixeira
Matilde da Conceição
Ana de Araújo Pereira
Maria do Rosário Graça de Sousa de Ataíde
Maria Leitão Chorincas
Severina de Andrade Barroso
Maria da Glória Marques da Silva
Joaquim Miguel Miranda Nona
Rogério Tavares do Espírito Santo
António Honrado Martins
Maria de Lurdes Neves dos Santos Mendonça Furtado

Findo este prazo sem que os interessados promovam qualquer diligência, serão feitas as exumações, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, de acordo com o estabelecido no Regulamento dos Cemitérios Municipais. Mais se informa que, 8 dias após o levantamento das ossadas, as estelas que se encontrarem no cemitério ficarão em posse da câmara.

Quinta do Conde, 8 de outubro de 2014
O Vereador do Pelouro

EDITAL

N.º 125/2014 - DOM/DRVT

REMOÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA

SÉRGIO MANUEL NOBRE MARCELINO, Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Logística e Informática da Câmara Municipal de Sesimbra, no uso das competências previstas na alínea rr, do art. 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e alínea d) do nº 1 do art. 5º e relativo aos poderes conferidos pelos artigos 163º a 167º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de maio alterado e republicado pelo Decreto-Lei 44/2005, de 23 de fevereiro, correspondentes à fiscalização e remoção de viaturas abusivamente estacionadas na via pública, ou estacionadas/imobilizadas, por forma a constituir perigo ou grave perturbação para o trânsito, competência que lhe foi subdelegada por despacho do Exm.º Sr. Presidente da Câmara, datado de 10 de dezembro de 2013.

FAZ PÚBLICO, ao abrigo do disposto pela alínea d) do nº 1 do art. 70º do Código do Procedimento Administrativo.

Que as viaturas discriminadas na listagem anexa, cuja situação de abandono se mantenha e não seja contestada pelos seus proprietários no prazo de 30 dias seguidos, a contar da data de afixação do presente Edital, e em conformidade com o Protocolo celebrado entre o Município de Sesimbra e a Firma Ambitrena SA, serão removidas pela empresa, por as mesmas se encontrarem abusivamente estacionadas/imobilizadas na via pública, de forma a constituírem perigo ou grave perturbação para o trânsito.

Eventuais alterações justificadas na referida listagem de veículos serão consideradas no ato de remoção dos mesmos.

Que, após o termo daquele prazo, as viaturas abandonadas reverterão a favor da Autarquia, nos termos do nº 4 do art. 165º do Código de Estrada, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 44/2005, de 23 de fevereiro.

Mais se informa que este Município não pode responsabilizar-se por qualquer prejuízo ou perda nas viaturas, resultantes da referida remoção, sendo da responsabilidade dos proprietários eventuais prejuízos ou danos pelo facto de as mesmas terem sido abandonadas na via pública.

Após a remoção das viaturas abandonadas, será desenvolvido de imediato o processo de encaminhamento e desmantelamento das referidas viaturas para um centro de receção da Firma Ambitrena SA, que na sua Unidade Industrial de Valorização de Veículos em Fim de Vida (VfV) conduza ao seu processamento nos termos legais.

Matrícula	Marca	Identificação do Proprietário	Notificação	Data da Recepção AR
39-20-LB	Renault	David Cerny	9622 2680	Não recepcionada Notificação GNR Quinta do Conde

Sesimbra, 20 de outubro de 2014

O vereador do pelouro,
Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Eng.º

AVISO

N.º 112/2014 - NOTARIADO

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 06/2014

Nos termos do artigo 29.º da Lei nº 91/95, de 02 de Setembro, na sua redação atual, contendo as especificações previstas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março, em nome de Administração Conjunta da Augi 32, entidade equiparada a pessoa coletiva nº 901 133 850, com sede na Rua Amélia Rey Colaço, nº 18 – 2.º Dt.º, Carnaxide, é emitido o alvará de loteamento nº 06/2014, a que diz respeito o processo nº 18/2000L, através do qual é licenciado o loteamento e as respetivas obras de urbanização que incidem sobre o prédio rústico em área urbana de génese ilegal sito em Aiana, freguesia de Sesimbra (Castelo), concelho de Sesimbra, descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob o nº 1161, e inscrito na matriz da mesma freguesia sob o artigo 107, Secção L.

A licença de loteamento e os projetos das obras de urbanização aprovados por deliberação camarária de 24 de Julho de 2013, alterados pela deliberação de 16 de Abril de 2014, respondem, na sua essência, à situação evidenciada na realidade atual, conforme exigido na alínea d) do nº 1 do artigo 18.º da Lei nº 91/95, de 2 de Setembro, na sua redação atual; e o quadro da caução aprovado pela citada deliberação camarária de 24 de Julho de 2013, alterado pelas deliberações de 22 de Outubro de 2013 e 16 de Abril de 2014, respeita o disposto no Plano Diretor Municipal e apresentam, de acordo com a planta que constitui o anexo A, as seguintes características:

Área total dos prédios – 5.000 m²;

Área dos prédios a lotear – 5.000 m²;

Área total dos lotes – 4.161,00 m²;

Área total de construção (STP) – 1.750 m²;

Número de lotes – 10 (dez) lotes, correspondendo a 10 fogos para habitação;

Número de pisos máximos – 2 pisos;

– Áreas dos lotes – Lote nº 1 – 450 m²; Lote nº 2 – 452 m²; Lote nº 3 – 466 m²; Lote nº 4 – 222 m²; Lote nº 5 – 227 m²; Lote nº 6 – 443 m²; Lote nº 7 – 406 m²; Lote nº 8 – 404 m²;

Lote nº 9 – 557 m²; Lote nº 10 – 534 m²;

Área de cedência para o domínio público municipal – 839,00 m²;

Finalidade – Arruamentos e estacionamento, de acordo com a planta arquivada nos serviços da Câmara Municipal.

Para conclusão das obras de urbanização foi fixado o prazo de 12 meses.

Paços do Município de Sesimbra, 23 de Setembro de 2014.

O Presidente da Câmara,
Augusto Pólvora, Arq.º